
Crime de usura na pauta

por Cláudio Kuck
de Brasília

O PFL e o PDS tiveram de pedir aos seus deputados que se retirassem do plenário para evitar que fosse votado o projeto de lei de Gastone Righi (PTB-SP), que considera crime de usura a cobrança de juros e comissões superiores a 12% ao ano acima da correção monetária. O líder do PFL, Ricardo Fiúza, pediu primeiro o adiamento da votação por dois dias, que teve voto contrário de outras lideranças, obrigando o deputado a pedir verificação de quórum.

Os líderes dos partidos que apóiam o governo ficaram preocupados porque sentiram que a disposição do plenário era pela aprovação. O presi-

dente da mesa, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), deu 30 minutos para o quórum ser atingido e, apesar dos esforços da oposição e do PTB, ao final do placar eletrônico registrou a presença de apenas 239 parlamentares. Falta-ram, portanto, apenas nove votos para atingir o quórum regimental de 248. Com isso não houve a votação deste projeto nem dos outros da pauta.

Como já está em regime de votação, o projeto sobre os juros voltará a plenário hoje como o primeiro item a ser votado. Ele estabelece pena de reclusão de um a dois anos e multa correspondente ao dobro do valor do empréstimo ou contrato, para os que cobrarem taxas superiores a 12% ao ano.
